

# **A vez e a voz de adolescentes em Prestação de Serviços à Comunidade na UFRGS: ato infracional e educação**

**Autora: Liana Lemos Gonçalves**

**Orientadora: Profa. Dra. Carmem Maria Craidy**

**Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS**

## **Resumo**

"Por que faço isso? Porque exijo  
sê respeitado e só consigo  
isso sendo o que sou...."  
(Paulo, 17 anos)

O presente trabalho surgiu de minha inquietação em procurar entender o processo que levou os adolescentes autores de ato infracional vinculados ao Programa de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) da UFRGS a entrarem no mundo do crime.

Visando responder essa questão dei voz aos adolescentes e mostrei a forma de ser desses sujeitos, abordando os temas que foram mais apresentados em suas falas.

Julgo que somente conhecendo o mundo em que esses jovens (sobre)vivem e o que os leva à prática de atos infracionais é que poderemos pensar o que pode ser feito para que o mundo do crime deixe de seduzi-los.

No capítulo 1, mostrei uma breve comparação entre os principais pressupostos do Código de Menores e do Estatuto da Criança e do Adolescente. Além disso, busquei evidenciar alguns dados sobre a problemática do adolescente em conflito com a lei em nosso país e desmistifiquei algumas questões que, seguidamente, aparecem na mídia.

No segundo capítulo, apresentei o Programa de Prestação de Serviços à Comunidade da UFRGS - local em que trabalho como pesquisadora e educadora a mais de quatro anos e meio - por ser nesse local que desenvolvi minha pesquisa.

O terceiro capítulo dediquei às vivências com os "excluídos" e com os jovens

do PSC/UFRGS. Além disso, abordei os procedimentos metodológicos que utilizei para desenvolver a pesquisa.

No capítulo quatro, comecei a apresentar a voz desses jovens sobre os seguintes temas: família, drogas, escola, trabalho e cursos profissionalizantes, periferia e violência policial. Os temas citados foram os que mais apareceram na fala dos jovens pesquisados e, por esse motivo, os escolhi para serem apresentados. Enquanto lemos as vozes desses jovens, na busca de conhecermos seu mundo, começam a ser apontadas pistas para que iniciemos a compreensão sobre o que os levou a se envolver em atos infracionais.

No quinto capítulo, apresentei a história de Douglas, Cláudio André e Rodrigo, três jovens que estiveram ou que estão ligados ao crime. Meu objetivo é apontar o que eles buscaram quando optaram por escolher o crime e por viver em risco.

## **1. A Legislação e a Problemática dos Adolescentes em Conflito com a Lei no Brasil**

Até o fim da década de 80 a lei que “amparava” as crianças e adolescentes de nosso país era o Código de Menores. Vivia-se sob uma doutrina social e legal para meninos e meninas que era a da “menoridade absoluta” (Sêda, 1998, p.11) ou da doutrina da situação irregular.

Essa doutrina via crianças e adolescentes como “menores” ou em “situação irregular”. Levava-se em conta não só os atos considerados delituosos de acordo com a justiça, mas também, os comportamentos de inadaptação ou irregulares que requeressem medidas de proteção ou de reeducação, devido negligência familiar ou social. Portanto, a “situação irregular” podia ocorrer não só pela autoria de infração penal, mas por abandono, carência, vitimização, desvio de conduta, etc. Era comum, por exemplo, encontrar adolescentes na FEBEM por estarem perambulando nas ruas.

De acordo com Oliveira,

"havia uma clara preocupação com os setores pobres da população, com o objetivo de mantê-los sob controle permanente na medida em que colocavam sob ameaça os espaços públicos, as ruas e as praças. Era preciso ordenar e controlar a pobreza (política, moral e higienicamente) pelas suas possibilidades de se construir um risco para as comunidades". (2001, p.27)

Ser pobre, vítima de abuso, maltrato, exploração, abandono da família, do Estado ou da sociedade, já era motivo para uma criança ou adolescente ser privado de liberdade.

Nossas crianças e adolescentes foram "vítimas" dessa lei sem fundamento até a aprovação da Constituição Brasileira que, baseada na Doutrina da Proteção Integral, viu-os como sujeitos de direitos, inimputáveis até os 18 anos e sujeitos às normas da legislação especial.

Finalmente é "derrubado" o Código de Menores e surge em 1990 o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A partir de então, é abolido o estigmatizante, preconceituoso, discriminador termo "menor" e passa-se a utilizar os termos "criança" e "adolescentes", que tornam-se *cidadãos, sujeitos de direitos, pessoas em desenvolvimento* que devem ser tratadas com *prioridade absoluta*.

Os termos "menor infrator", "crime", "pena", são substituídos por "adolescente autor de ato infracional ou em conflito com a lei", "ato infracional" e "medida sócio-educativa", respectivamente.

De acordo com Adorno,

" o termo 'menor', de larga utilização no senso comum, na imprensa e mesmo na pesquisa científica, tem uma origem pouco nobre. Cunhado, no Brasil, pela medicina legal e reconhecido pelo direito público para divisar a população entre responsáveis e irresponsáveis, segundo o critério do discernimento moral e do desenvolvimento psicológico, seu emprego generalizou-se para designar um tipo específico de criança, aquela procedente das classes populares, em situação de miséria absoluta, expulsa da escola desde a tenra idade, que faz da rua seu habitat e lugar privilegiado de reprodução cotidiana. Trata-se da criança cuja existência social e pessoal é realizada à condição de

menoridade, passível, por conseguinte, da intervenção saneadora das instituições policiais de repressão e das instituições de assistência e de reparação social." (1993, p.183 e 184)

De acordo com o ECA, em seu Artigo 122, o adolescente que praticar um ato infracional, ou seja, uma conduta descrita como crime ou contravenção penal (Artigo 113), poderá receber as seguintes medidas sócio-educativas:

*I - Advertência;*

*II - Obrigação de Reparar o Dano;*

*III - Prestação de Serviços à Comunidade;*

*IV - Liberdade Assistida;*

*V - Inserção em Regime de Semiliberdade;*

*VI - Internação em Estabelecimento Educacional.*

Muitas pessoas que desconhecem a lei, confundem que a inimputabilidade que os adolescentes têm até completarem os 18 anos é um sinônimo de impunidade. Os jovens são responsabilizados por aquilo que cometeram e a única diferença que existe é que essa responsabilização considera a condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

Segundo Volpi e Saraiva,

"o Estatuto prevê e sanciona medidas sócio-educativas e medidas de proteção eficazes, reconhece a possibilidade da privação provisória de liberdade ao infrator, inclusive ao não sentenciado em caráter cautelar - em parâmetros semelhantes aos que o Código de Processo Penal destina aos imputáveis na prisão preventiva - e oferece uma gama larga de alternativas de responsabilização, cujo mais grave impõe o internamento sem atividades externas." (1998, p. 16)

Verifica-se hoje que muitos avanços ocorreram com a promulgação do ECA, entretanto, ao longo desse trabalho, veremos que muito daquilo que está no papel, não acontece na prática.

Nosso país possui cerca de 25 milhões de adolescentes entre 12 e 18 anos. Deste total, 10 em cada 10 mil praticam algum ato infracional que ocasiona uma

medida sócio-educativa, sendo que mais de 70% dos delitos cometidos são contra o patrimônio (Volpi, 2001, p.15; Oliveira, 2001, p.67). Mesmo assim, nossa sociedade insiste em dizer que são os adolescentes os responsáveis pela violência em nosso país. Acabam sendo “bodes expiatórios” da violência urbana (Oliveira, 2001, p.29).

De acordo com Mario Volpi (1997) apenas 10% do total das infrações ocorridas são cometidas por adolescentes. Hoje no Brasil, existem cerca de 4.100 jovens com menos de dezoito anos privados de liberdade. Isso corresponde apenas 3% do total de todos os adultos presos no país.

Outro estudo apresentado por Volpi (1997, p.61) comprova essa superioridade do número de adultos privados de liberdade, comparada ao número de adolescentes. Em 1994 o Censo Penitenciário da Justiça, seguindo os critérios utilizados pelos Institutos das Nações Unidas (ONU), constatou que se fôssemos estabelecer a correlação entre o número de presos e a população do país, considerando um preso por 100 mil habitantes, a média de adultos presos no Brasil, no ano de 1994, era de 88 por 100 mil habitantes.

Ao considerarmos os mesmo critérios para os adolescentes privados de liberdade, constatamos que cerca de 2,7 adolescentes autores de ato infracional por 100 mil habitantes estavam em instituições fechadas em 1995/96, período em que foi realizada a pesquisa por Volpi.

Outro dado importante sobre a juventude em nosso país mostra que 68 jovens, entre 15 e 19 anos, em cada grupo de 100 mil habitantes estão morrendo, anualmente, por causas violentas (Soares, 2001). Na Região Sudeste esse número sobe para 73 mortes por 100 mil habitantes. De acordo com o autor, o perfil demográfico brasileiro já apresenta um déficit de jovens do sexo masculino que só pode ser comparável ao que se encontra nas sociedades em guerra.

## **2. O Programa de Prestação de Serviços à Comunidade da UFRGS**

Em abril de 1997 foi firmado um convênio entre a 3ª Vara do Juizado da

Infância e da Juventude de Porto Alegre e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com o objetivo de abrir campo de trabalho na Universidade para o cumprimento da medida sócio-educativa de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) por adolescentes que tivessem cometido ato infracional.

Dois meses depois do convênio ser assinado, a Faculdade de Educação da UFRGS foi convidada a coordenar o “Programa de PSC” para dar-lhe um caráter mais educativo e para abrir campo para a pesquisa, a medida que a Universidade tem por função o desenvolvimento do saber através da realização da pesquisa, do ensino e da extensão. A coordenação do Programa ficou sob responsabilidade da Profa. Dra. Carmem Maria Craidy.

A partir de então, comecei a manter contato diário e a escutar as vozes dos adolescentes que passavam pelo Programa e percebi o quanto isso era importante para a pesquisa, para os jovens e para mim, como pesquisadora.

O bom relacionamento mantido entre os jovens e todos na Universidade, o sentimento de pertencimento, de reconhecimento e a certeza de que são importantes, creio que facilitou a fala “solta”, a confiança na hora de falarem de suas vidas e, como isso, contribuírem com a pesquisa.

De agosto de 1997 a dezembro de 2001, passaram pelo Programa de PSC da Universidade 643 jovens e a grande maioria trouxe algum tipo de contribuição para minha pesquisa.

O perfil resumido desses jovens é o seguinte:

**Sexo**

Masculino: 85,7%

**Idades mais freqüentes:**

17 anos - 28,3%

16 anos - 25,6%

15 anos - 16,5%

18 anos - 15,4%

**Estuda:**

Sim - 57,3%

**Escolaridades mais freqüentes:**

5ª série do ensino fundamental - 14,6%

8ª série do ensino fundamental - 11,8%

1ª série do ensino médio - 11,5%

6ª série do ensino fundamental - 11,3%

**Trabalha:**

Não - 73%

**Atos Infracionais mais freqüentes:**

Droga - 20%

Furto - 14,3%

Dirigir sem CNH - 11,5%

Roubo - 11,3%

### **3. Procedimentos Metodológicos e Referencial Teórico**

Como meu objetivo era o de conhecer os motivos que os levaram para o mundo do crime, optei por dar prioridade as falas de adolescentes do sexo masculino que possuíam um maior envolvimento com esse “mundo”.

Apesar do ato infracional relacionado ao uso de drogas ser o mais constante (20,06%), se formos fazer a soma do percentual dos furtos, roubos, tentativas de furtos, tentativas de roubos, furtos qualificados, roubos qualificados, arrastões, assaltos, assaltos à mão armada, dirigir sem CNH/roubo e furto/uso de drogas, esses atos infracionais, que possuem uma “semelhança”, chegam a 37,65%.

Saliento ainda que se formos analisar os dados relacionados aos atos infracionais cometidos pelos adolescentes do Programa de PSC, pode parecer que a maioria não aparenta possuir um grande envolvimento com o mundo do crime. Como os sujeitos de minha pesquisa são aqueles que possuem ligação com esse “mundo”, pode parecer que os entrevistados foram a minoria do total de adolescentes do PSC/UFRGS. Entretanto, vários jovens que, por exemplo, foram encaminhados para a Universidade por “uso de drogas”, já estiveram privados de liberdade (até mesmo por homicídio) ou já cometeram outros atos infracionais considerados “pesados”. Outros jovens ainda, dizem que tiveram “sorte”, pois apesar de costumarem roubar, traficar, etc., nunca foram flagrados cometendo um desses atos infracionais.

Trabalhei na perspectiva do método etnográfico, tendo como fonte de dados: observação participante, entrevistas abertas e semi-estruturadas, conversas informais, sendo que sempre com o apoio do diário de campo.

Além disso utilizei a técnica de grupo focal, onde assuntos eram pré-determinados antes da discussão. Essa técnica busca respostas aos “porquês” e “como” dos comportamentos sociais, procurando entender as atitudes, crenças e valores de um grupo ou comunidade (Abramovay et. Al., 1999, p.28-29).

Baseei-me nos pensamentos de Alba Zaluar para trabalhar a questão de jovens envolvidos no mundo do crime e em Angelina Peralva e Antony Giddens , para enfatizar a questão da antecipação do risco.

Segundo Peralva, *“as condutas de violência talvez constituam, elas próprias, uma modalidade eficaz de resposta ao risco. Tratar-se-ia de antecipar o risco, de apropriar-se dele, para melhor subjugar-lo.”* (2000, p.126)

Os jovens responderiam ao risco do entorno, mediante condutas de risco.



Seguindo o pensamento de Bernard Charlot, procurei fazer uma “leitura positiva” do que foi constatado. Segundo esse autor, o ser humano ao construir-se na relação com o outro e com o mundo, demonstra sempre contradições, mas também dimensões construtivas e positivas em seu processo (2000).

Na busca de compreender a forma de ser desses jovens, além de abordar a questão do “mundo do crime, enfatizei os temas família, drogas, escola, trabalho e cursos profissionalizantes, vida na periferia e violência policial, por serem questões abordadas por eles reiteradamente.

#### **4. Conclusão**

Quando os jovens falaram sobre família, foi possível constatar nos relatos muitos fatos que demonstravam a existência de famílias vulneráveis quanto à falta de diálogo, ao envolvimento em atos infracionais, à ausência da figura paterna, às condições de pobreza e miserabilidade, à violência praticada e presenciada no passado e no presente, etc. Segundo alguns jovens, é a família a principal culpada pelo envolvimento deles em atos infracionais. A partir do que foi relatado, percebi que ainda que as condições familiares contribuam para a entrada de muitos dos jovens no mundo infracional, não são a única e, para a maioria, nem mesmo a principal causa.

A escola aparentou não ter muito significado na vida dos sujeitos da pesquisa e poucos acreditam que ela proporcione futuramente trabalho ou alguma outra forma de ascensão. O vínculo com a escola raramente existe, principalmente por ela aparentar estar distante da realidade de vida dos jovens e possuir muitos professores descomprometidos em ensinar. A escola acaba sendo um local para a realização de interesses alheios ao seu objetivo específico, tais como: alimentar-se, encontrar amigos, comprar ou vender drogas ou organizar grupos para realizar atividades ilícitas. Quando permanecem na vida escolar e nela encontram significado isso geralmente se deve ao vínculo que criaram com alguém, possivelmente um professor ou professora. Vincular-se a alguém e/ou vincular-se ao saber escolar são possibilidades para que encontrem significação na escola.

Os jovens demonstraram o desejo de trabalhar, mas o trabalho aparentou ser

algo inacessível, uma referência esvaziada como signo de reconhecimento atual ou futuro. Eles acreditam que devido a todas as condições e características que possuem, dificilmente conseguirão “**ser alguém**” através de um trabalho. Os cursos profissionalizantes oferecidos aos jovens em “situação de risco” e/ou em conflito com a lei, demonstraram não ter muita utilidade, na medida em que a maioria dos jovens aprende pouco e continua desempregado após o término do curso. Além disso, alguns cursos oferecidos estão distantes da realidade dos jovens considerados em “situação de risco”, que muitas vezes possuem baixa escolaridade, estão envolvidos em atos infracionais, são dependentes químicos e moradores da periferia.

A comunidade que, segundo os jovens, é esquecida pelos governantes e pela sociedade, acaba sendo o local que os abriga. É nela que eles vivem e presenciam tudo o que a caracteriza, ou seja, miséria, droga, tráfico, homicídios, brigas de gangues, enfim, violências de todos os tipos. Por viverem nesse meio, muitos jovens acabam fazendo o que vêem fazer na sua frente, em cada esquina. Daí a ilusão pedagógica de colocar a integração na comunidade como solução por si só da problemática escolar (Sposito, 2002).

A violência policial causa revolta nos jovens e ocasiona o ódio pelos policiais. O sentimento de estarem sempre sendo observados gera a sensação de discriminação e de raiva, que muitas vezes acaba levando à prática de atos infracionais, como lesões corporais nos próprios policiais e danos ao patrimônio. Cabe salientar que em muitas vilas populares, a polícia costuma ser a principal, senão a única presença das políticas públicas.(Adorno, 1993)

A droga apareceu como válvula de escape para solucionar os problemas dos jovens, tais como: sentimento de dor e de abandono pelo descaso da família, do governo ou da sociedade ; falta de coragem e medo difuso; receio de enfrentar os problemas da vida; sentimento de exclusão e/ou busca de coragem para cometer atos infracionais.

Cabe ressaltar que ainda que não se possa reduzir as causas do crime com às condições sócio-econômicas, temos que reconhecer que há uma correlação entre eles.

Ainda que a prática de atos infracionais exista em todas as classes sociais, ela varia nas suas características em função da origem sócio-econômica e cultural do jovem.

Ao abordar a questão do “mundo do crime” percebi que a revolta desses jovens aparentou ser uma forma de luta por reconhecimento e não somente um ressentimento às desigualdades a que são submetidos diariamente. A entrada no crime foi para muitos jovens o único caminho encontrado para a obtenção de reconhecimento e respeito.

Isso foi evidenciado de forma evidente nas três histórias de vida apresentadas. Apesar dos jovens terem seguido caminhos distintos, a entrada no crime foi pelo mesmo motivo, ou seja, busca de reconhecimento e de respeito.

Os jovens demonstraram que vivem o presente e que não pensam no futuro, provavelmente, por o presente ser **“aquilo que pode ser imediatamente experimentado, o passado é o que pode ser rememorado e o futuro é a incógnita que talvez ocorra, algum dia.”** (Elias, 1998, p.66)

Vivendo o presente intensamente, no meio das adversidades, vivem em risco e entrando para o crime, antecipam o risco. (Peralva, 2000)

A medida sócio-educativa de PSC cumprida pelos jovens na UFRGS, aparentou possuir um significado importante na vida da maioria daqueles adolescentes que passaram pelo Programa da Universidade. Isso porque possibilitou que eles conhecessem um ambiente de trabalho, novas pessoas, aprendessem atividades diferentes das que estavam habituados a realizar, fossem respeitados e se sentissem úteis.

Entretanto, percebi que sozinha a PSC não basta para resolver a problemática da maioria dos adolescentes em conflito com a lei, dada a gravidade das condições sociais em que vivem e à ausência ou precariedade das políticas sociais (educação, trabalho, saúde, lazer, habitação, cultura, esporte) voltadas a essa população.

Logo após concluírem a PSC, muitos dos jovens voltam para a o seu “mundo”, onde são reconhecidos somente se tiverem uma arma na mão, se roubarem, se matarem, etc.

Creio que é a partir daí que devemos pensar.

Podemos fazer uma “leitura positiva” (Charlot, 2000) de dois fatos apresentados.

A busca de reconhecimento - mesmo que possa antecipar o risco já existente - é um sinal de que o jovem ainda possui objetivos e mantém o desejo de conquistar a sua identidade de alguma forma.

O sentimento de valorização que os jovens sentem quando estão na Universidade cumprindo a PSC mostra que não é só o crime que pode fazer com que eles se sintam reconhecidos. Quando optam pelo crime é porque não lhes foi apresentada outra oportunidade.

Verifiquei com isso que a busca de afirmação, que é normal em todo o ser humano, tem que ser trabalhada de uma forma pedagógica com esses jovens, para que eles se afirmem de um modo que não seja destrutivo.

Finalizo dizendo que quando vejo um sorriso nos rostos daqueles jovens, sinto esperança.

## **Referências Bibliográficas citadas neste Resumo**

ABRAMOVAY, Míriam et al. **Gangues, Galeras, Chegados e Rappers: Juventude, violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília**. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

ADORNO, Sérgio. A experiência precoce da punição. IN: MARTINS, José de Souza (coord.). **O Massacre dos Inocentes - A criança sem infância no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1993.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

Jornal da Cidadania - Ano 3 - Nº 55. **Jovens e violência: uma ligação perigosa**. Maio de 1997.

ELIAS, Norbert. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

**Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal 8.069/1990.

GIDDENS, Antony. **Mundo em descontrole**. São Paulo: Record, 2000.

OLIVEIRA, Carmem Silveira de. **Sobrevivendo no Inferno: a violência juvenil da contemporaneidade**. Porto Alegre: Sulina, 2001.

PERALVA, Angelina. **Violência e Democracia: o paradoxo brasileiro**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SÊDA, Edson. **A Criança e sua Convenção - Pequeno Manual**. São Paulo: Adês, 1998.

VOLPI, Mario. **O adolescente e o ato infracional**. São Paulo: Cortez, 1997.

\_\_\_\_\_ e SARAIVA, João Batista C. **Os Adolescentes e a Lei - Para entender o direito dos adolescentes, a prática de atos infracionais e sua responsabilização**. Brasília: ILANUD, 1998.

\_\_\_\_\_. **Sem Liberdade, Sem Direitos: A privação de liberdade na percepção do adolescente**. São Paulo: Cortez, 2001.

ZALUAR, Alba. **A Máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1985.

\_\_\_\_\_. **Condomínio do diabo**. Rio de Janeiro: Revan, 1987.